

Procedimentos para creditações no ISEC

- 1- A creditação de competências deve, sempre que possível, e tendo por base o reconhecimento de competências, ser efetuada por correspondência direta entre as UCs realizadas no estabelecimento origem e as UCs a creditar no ISEC, conservando a classificação atribuída pelo estabelecimento onde foram realizadas. (1)
- 2- Caso a recomendação do ponto 1 não seja viável de implementar, a creditação deve ser obtida por grupos ou subgrupos de UCs, sendo obrigatório atribuir a cada UC creditada no ISEC, uma média ponderada, arredondada às unidades. (2)
- 3- A Creditação da formação de CET's para cursos de Licenciatura é dada em bloco (não por correspondência direta entre UCs), sendo a classificação a atribuir às UCs creditadas a média final do CET concluído. (3)
- 4- No caso dos mestrados cuja designação foi alterada, a creditação da formação para a nova designação de mestrado deverá ser realizada tendo como principal orientação manter a nota final obtida no curso de mestrado com a anterior designação, bem como as classificações das UCs. (4)

Observações:

- (1) Utilizando a nota ponderada, tanto na folha 1 como na folha 2 do ficheiro excel em uso.
- (2) De acordo com o artigo 15º do DL 42/2005, de 22 de fevereiro, "A avaliação final de uma unidade curricular é expressa através de uma classificação na escala numérica inteira de 0 a 20".
- (3) Não é possível efetuar creditações de CET's para Licenciaturas que não foram concluídos na sua totalidade. É o entendimento/procedimento adotado pelo ISEC e não decorre da aplicação direta da lei.
- (4) Para atingir este objetivo, foi recomendada uma solução de compromisso entre os órgãos do ISEC intervenientes, podendo em algumas situações particulares ser necessário adotar procedimentos adaptados ao caso em análise, recomendando-se elaborar uma nota justificativa para o procedimento adotado.
- (5) Não efetuar creditações de creditações: isto é; quando se consulta um processo cujas UCs tem mencionado "creditação" deve ser solicitado, analisado e tomada uma decisão, com base no processo inicial que deu origem à creditação.
- (6) A creditação parcial não é permitida e consta do regulamento do IPC, bem como a impossibilidade da dupla creditação.